

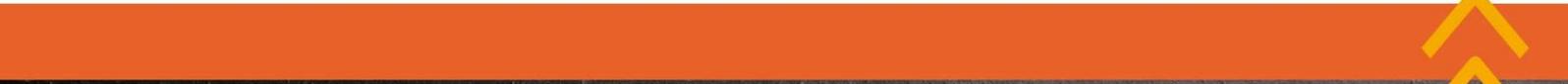


TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

< EDUCAÇÃO **JÁ** >

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais de

MINAS GERAIS



2023 - 2026

INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais de Minas Gerais, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE ROMEU ZEMA

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

Traz contribuições para a agenda educacional de Minas Gerais, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE ROMEU ZEMA

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Romeu Zema, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Manutenção e a ampliação, se necessário, dos recursos orçamentários para garantir merenda escolar de qualidade;
- B.** Continuidade dos investimentos na infraestrutura das escolas;
- C.** Ampliação da oferta do Ensino Médio em Tempo Integral;
- D.** Expansão do programa “Trilhas do Futuro”, ampliando a oferta de cursos técnicos, com foco nos estudantes do Ensino Médio.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para Minas Gerais:

- A.** Ações voltadas para a recomposição das aprendizagens, do combate à evasão escolar e ações voltadas para a saúde mental de estudantes e profissionais da Educação e de melhoria da alimentação escolar;
- B.** A modernização da gestão da secretaria de Educação e o fortalecimento das 47 Superintendências Regionais de Ensino;
- C.** Políticas voltadas para a valorização e o fortalecimento da carreira docente;

- D.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo avanços em processos de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- E.** A criação de um programa estadual de primeira infância, em que o governo estadual, em regime de colaboração com os municípios, tenha ações intersetoriais em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social;
- F.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais, além de programas de incentivo à permanência dos jovens na escola até a conclusão da etapa.

Além disso, um tema mencionado pela campanha causa preocupação:

- A.** O plano menciona a expansão do Projeto Somar, iniciativa que estimula a gestão compartilhada das escolas estaduais de Ensino Médio com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos O Todos Pela Educação não considera que essa seja uma estratégia prioritária para a melhoria da qualidade da Educação².

² Para saber mais sobre o posicionamento do Todos Pela Educação em relação à essa temática, acesse: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/sintese_2203_charter_vouchers.pdf

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. A atual estratégia de Busca Ativa de Minas Gerais teve início em 2019 e é liderada pela secretaria de Educação, em parceria com as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e as escolas. Em 2021, após a reabertura das escolas, cerca de 45 mil estudantes foram localizados e retornaram aos estudos. É importante **fortalecer essa estratégia, em diálogo constante com as Superintendências Regionais de Ensino e as escolas.**
2. A secretaria de Educação promoveu diversas iniciativas voltadas para a aprendizagem dos estudantes durante a pandemia e para a recomposição de aprendizagens na reabertura das escolas. Dentre elas, destacam-se: (i) criação de materiais didáticos de apoio ao estudante (Planos de Estudos Tutorados); (ii) desenvolvimento de videoaulas (Programa se Liga na Educação); (iii) um programa de reforço escolar, voltado para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental até o 3º do Ensino Médio, que envolve aulas no contraturno e, por fim (iv) o projeto de intervenção pedagógica, cujas ações são pautadas a partir do diagnóstico dos estudantes. Considerando as grandes perdas que os estudantes tiveram no período de isolamento, é essencial que o estado **continue investindo e ampliando as ações de recomposição das aprendizagens** (em 2022, cerca de 2.400 escolas montaram turmas de reforços, o que representa aproximadamente dois terços das unidades escolares).
3. Em 2022, a rede de Minas Gerais contratou psicólogos e assistentes sociais para atuarem nas 47 SREs. Esses profissionais desenvolvem ações que auxiliam as unidades de ensino no processo de ensino-aprendizagem e orientam a equipe gestora na mediação de conflitos. É essencial que esta ação seja fortalecida, garantindo **investimento em ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação.** Para além disso, é importante haver uma **atuação intersetorial** com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.

4. Seguir ampliando e qualificando os investimentos na **alimentação escolar dos estudantes**, fortalecendo o processo de complementação do valor per capita do PNAE.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. Em Minas Gerais, as redes municipais são as responsáveis por 100% das matrículas na Educação Infantil e 70% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já o estado, tem 30% das matrículas dos Anos Iniciais, cerca de 70% nos Anos Finais e 95% no Ensino Médio. Tendo em vista essa divisão das matrículas, cabe ao governo estadual **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional**.
2. Por conta do alto número de matrículas na rede estadual nos Anos Iniciais, o governo estadual implementou, em 2021, o “Projeto Mãos Dadas”, visando municipalizar essa etapa. A iniciativa tem como público-alvo os 442 municípios que possuem escolas estaduais de Anos Iniciais. Os municípios que optam por aderir ao projeto devem municipalizar os Anos Iniciais e em troca recebem recursos financeiros do governo estadual para investimentos, apoio técnico e pedagógico. Cabe destacar que por mais meritória que seja a política, a adesão dos municípios a iniciativa não tem sido muito expressiva (pouco mais de 100 cidades em 2021). Portanto, é fundamental **ampliar o diálogo e a pactuação com os municípios**, garantir os repasses de forma adequada e transparente às redes municipais que aderiram ao projeto e dar mais clareza sobre a transferência de professores entre redes e etapas para que seja possível **acelerar o processo de municipalização**.
3. Atualmente, a colaboração entre estados e municípios em Minas Gerais se dá de forma frágil e pontual, tendo apenas o Mãos Dadas como uma iniciativa com ênfase na municipalização. Nesse sentido, é fundamental que Minas Gerais **estabeleça programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, especialmente na primeira infância e na alfabetização**.

2) **Gestão dos sistemas educacionais** - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da secretaria de Educação.
2. Fortalecer a **gestão estratégica da secretaria**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo. O Projeto Gestão pela Aprendizagem é central nesse processo e deve seguir sendo aprimorado e ampliado para outras SREs e outras etapas além do Ensino Médio.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da secretaria de Educação**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes (o Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula é um bom exemplo de avanço nessa frente).
4. **Fortalecer as 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs)**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.
5. **Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede**, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. A Emenda Constitucional nº108, que instituiu o Novo Fundeb, estabeleceu que todas as unidades da federação tinham até 26 de agosto de 2022 para aprovar leis estaduais definindo novos critérios relacionados à melhoria da aprendizagem e equidade do ensino para a distribuição do ICMS. Até o dia 31 de outubro de 2022, Minas Gerais ainda não havia aprovado na Assembleia Legislativa essa medida. Nesse sentido, é **fundamental apoiar a aprovação e implementar o Projeto de Lei nº 3.903/2022, que visa instituir o ICMS-Educação**. Os critérios utilizados para a distribuição da cota-parte da Educação devem considerar a melhoria no desempenho educacional de cada rede e a diminuição das desigualdades de aprendizagem.

2. Minas Gerais implementou, em 2021, o “Prêmio Escola Transformação”, que tem como objetivo reconhecer as escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de aprendizagem e em relação ao fluxo escolar e prevê premiações de até R\$ 200.000,00 para utilização pelas escolas. Seria importante **aprimorar e ampliar esse prêmio, em diálogo com as escolas**, considerando as seguintes ações: (i) incluir critérios de cooperação, em que escolas com melhor desempenho apoiem as escolas com piores resultados nos moldes do Prêmio Escola Nota 10 do Ceará; (ii) incluir critérios de equidade na premiação, para que escolas mais vulneráveis e que estão em contextos mais desafiadores tenham mais chance de serem premiadas.

3. Ampliar os **mecanismos de autonomia financeira e descentralização de recursos para as escolas**, principalmente para gastos recorrentes, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) Professores - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem-preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso de Minas Gerais foi em 2017) ou por processo seletivo simplificado. Também ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula, que não consta no termo de referência do próximo certame). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. O salário pago aos professores da Educação básica de Minas Gerais, após a recomposição, é de R\$ 2.350,49 para uma carga horária de 24 horas semanais. O piso nacional é R\$ 3.845,61, para uma jornada de 40 horas. Desse modo, o valor pago pelo estado é proporcional ao proposto pelo governo federal. Ainda assim, é **fundamental oferecer salários competitivos aos professores, além aprimorar e atualizar o plano de carreira atual**, tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.

3. **Garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas**, priorizando que os docentes tenham

jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.

4. O estado conta com a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, cujo objetivo é coordenar os processos de formação continuada da rede. A escola oferece também uma plataforma virtual de aprendizagem. É importante **ampliar as políticas de formação continuada, garantindo que as ações sejam alinhadas às políticas pedagógicas da rede** e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria poderia **criar um programa de estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar** - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. Em Minas Gerais, a forma predominante de escolha dos diretores é a eleição pela comunidade escolar (cerca de 98% dos diretores das escolas da rede estadual são selecionados através desse formato). Desde junho de 2022, para participar do processo eleitoral, é obrigatória a obtenção da Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual, que consiste em uma prova objetiva que pretende avaliar os conhecimentos pedagógicos e técnicos e as competências necessárias ao desempenho do cargo. Além disso, depois de eleitos, os diretores devem realizar o curso de Formação de Gestores Escolares. Nesse contexto, é importante **avaliar como essas mudanças recentes no processo de seleção vêm sendo implementadas, para identificar se estão sendo suficientes para selecionar os candidatos com as competências necessárias** ao exercício da função. É possível, ainda, incluir outros mecanismos de avaliação, como entrevistas por competência.

2. Além do aperfeiçoamento dos processos de seleção de diretores escolares, é fundamental garantir **formações considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional** em que se encontram.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Fortalecer programas de apoio e acompanhamento, como o Projeto Gestão Pela Aprendizagem, é uma estratégia central. É importante, ainda, que seja constantemente reavaliado o **quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida

que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas **condições para que os currículos da rede sejam implementados em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos (como as formações que foram ofertadas em 2019 e 2021 com o foco na implementação dos conteúdos do Currículo Referência de Minas Gerais).
2. O estado possui o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), que é uma prova feita anualmente por alunos do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental (PROALFA), e do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (PROEB). É importante garantir que tais **avaliações sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas** rápidas e de fácil compreensão, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Minas Gerais ainda não possui um programa estruturado em regime de colaboração com os municípios na primeira infância. Algumas ações importantes são:

1. Participar das discussões acerca do Projeto de Lei nº 2.915 de 2021, que visa instituir uma Política Estadual pela Primeira Infância. Tal política deve ser desenvolvida a partir da colaboração com os governos municipais e contando com abordagem e coordenação intersetorial, de modo a articular diversas políticas do poder público (como as da Saúde e da Assistência Social).
2. O “Projeto Mãos Dadas” prevê repasse financeiro aos municípios que aderem ao projeto, que pode ser investido nas Creches e Pré-escolas. No entanto, é importante garantir apoio e suporte para todos os municípios mineiros para que possam **avançar tanto na expansão do atendimento** (em Minas Gerais,

em 2019, as taxas de atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos era de 37,7% e das crianças de 4 a 5 anos era de 96,1%), **quanto na melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas.**

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, Minas Gerais não possui um programa de alfabetização em regime de colaboração com os municípios. De 2006 a 2014, o governo estadual desenvolveu o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), que buscava melhorar os índices de alfabetização na idade certa no estado por meio da cooperação com os municípios. Contudo, o programa foi descontinuado em 2015, após a entrada de uma nova gestão no governo do estado. Diante desse cenário, Minas Gerais deve **investir na implementação de uma nova política de alfabetização em regime de colaboração com os municípios**, inspirando-se no que foi efetivo no PIP e aprimorando seu desenho com base em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Paic no Ceará. Em termos gerais, essa política consiste em oferecer apoio técnico para os municípios em suas políticas de alfabetização, além de mecanismos de incentivos financeiros, tais como premiações para escolas municipais e a implementação do ICMS-Educação.

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual de Minas Gerais é responsável por 69% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).

2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante priorizar a expansão das escolas em tempo integral. Atualmente, apenas 4,3% das matrículas nessa etapa na rede pública de Minas Gerais são em tempo integral (a média do país é de 10,4%). Entende-se a

universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do estado.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. Minas Gerais começou, em 2022, a implementação das mudanças previstas para o Novo Ensino Médio (na parte flexível, o catálogo de eletivas e as áreas de aprofundamento já foram definidos e em 2022 os alunos do 1º ano têm tido aulas de projeto de vida, introdução ao mundo do trabalho, tecnologia e inovação, além das eletivas ofertadas pela escola). Nesse sentido, é importante **acompanhar e monitorar como está sendo a implementação desse novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é fundamental. Em especial, ressalta-se a importância de **revisitar a parte flexível do currículo frente às recentes definições do Enem**. Por fim, é central manter um diálogo constante com a comunidade escolar para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.
2. Minas Gerais criou, em 2021, o Programa “Trilhas do Futuro”, que oferta cursos técnicos aos estudantes e egressos do Ensino Médio, em parceria com instituições privadas. A definição dos municípios prioritários e dos cursos que serão ofertados é feita a partir da escuta do setor produtivo, de estudos de empregabilidade e da demanda da rede estadual de ensino. Em 2022, foram ofertadas 40 mil vagas, para 116 cursos em 97 municípios prioritários. É essencial **aprimorar e ampliar o alcance desse programa, além de garantir sua articulação com o itinerário formativo da Educação Profissional e Tecnológica** previsto no Novo Ensino Médio.
3. De 2020 para 2021, de acordo com dados do Censo Escolar, Minas Gerais expandiu o número de matrículas no Ensino Médio em escolas de tempo integral, indo de 4,4% para 9,3%, sendo a maior expansão no período entre todos os estados brasileiros. Ainda assim, Minas Gerais continua bem abaixo da média nacional, que é de 15,5%, em termos de matrículas nessa modalidade. Sendo assim, é importante **continuar priorizando e acelerar a expansão desse modelo, cuidando de sua implementação**. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

4. É fundamental desenvolver **programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Em 2022, o governo prevê a distribuição de 95 mil celulares para estudantes, prioritariamente do 1º e 2º ano de Ensino Médio, com dificuldade de acesso a ferramentas digitais. Para além da distribuição de equipamentos, é importante **construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.
2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação**.
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br